

**COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR ÀS
PERDAS REGISTRADAS PELO NOVO BANCO E IMPUTADAS AO
FUNDO DE RESOLUÇÃO**

[Inquérito Parlamentar n.º 5/XIV/1.ª (BE)]

[Inquérito Parlamentar n.º 6/XIV/1.ª (IL)]

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XIV/2.ª (PS)]

Reunião n.º 4

(Presencial e por videoconferência)

16 de fevereiro de 2021

(15,18 h – 15,31 h)

Ordem do dia: Deliberação sobre a suspensão dos trabalhos da Comissão. Ponto de situação relativamente à documentação recebida. Definição das próximas audições.

Presidente da Comissão: Fernando Negrão (PSD)

Deputados oradores: Duarte Pacheco (PSD)
Mariana Mortágua (BE)
João Paulo Correia (PS)
João Cotrim de Figueiredo (IL)
Cecília Meireles (CDS-PP)
Duarte Alves (PCP)
Hugo Carneiro (PSD)

O Sr. **Presidente (Fernando Negrão)**: — Boa tarde, Sr.^{as} e Srs. Deputados, temos quórum, pelo que vamos dar início à nossa reunião da Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar às perdas registadas pelo Novo Banco e imputadas ao Fundo de Resolução.

Eram 15 horas e 18 minutos.

Vou dizer o nome das Sr.^{as} e Srs. Deputados presentes por videoconferência: Joana Sá Pereira (PS), Alberto Fonseca (PSD), Duarte Alves (PCP), Fernando Paulo Ferreira (PS), Mónica Quintela (PSD), André Silva (PAN), Hugo Carvalho (PS), Mariana Mortágua (BE), Sofia Matos (PSD), Eduardo Barroco de Melo (PS), Miguel Matos (PS) e Jamila Madeira (PS).

A ordem dos trabalhos é conhecida, tem a ver com a renovação do estado de emergência, e nós temos suspenso os nossos trabalhos sempre que é decretado um novo estado de emergência. Por isso, está em cima da mesa a proposta de renovação da suspensão, por mais 15 dias, a começar no próximo dia 19, uma vez que será votada em Plenário no dia 18, depois de amanhã.

Pergunto se há algum dos Srs. Deputados que se queira pronunciar sobre isto.

Pausa.

Não havendo, a proposta está à votação.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência da Deputada do CDS-PP Cecília Meireles.

Relativamente à documentação solicitada, queria dar-vos a informação que ela está cá praticamente toda, à exceção da documentação que tem origem no Governo. Mas o Governo ainda está em tempo e, assim sendo, ele cumprirá o prazo de que dispõe.

Além disso, temos informação da Comissão Europeia de que para a semana começará a chegar documentação com origem na Comissão Europeia.

Relativamente ao Banco Central Europeu, estando ainda em tempo e uma vez que lhe foi dada a prorrogação do prazo, ainda não temos informação nenhuma, mas queremos acreditar que a documentação nos chegará a tempo.

Portanto, este é o ponto de situação relativamente à documentação.

Em relação a outros assuntos, há mais alguém que se queira pronunciar?

Sr. Deputado Duarte Pacheco, faça favor.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Sr. Presidente, face à conversa que tivemos há pouco, e só para que agora fique em *on*, digamos assim, queria só alertar para a urgência de que ainda hoje, os grupos parlamentares que não fizeram chegar a distribuição das suas audições pelos vários grupos — que nós acordámos que seria a sequência do nosso trabalho —, o fizessem, para que possa ser entregue e distribuído pelos Serviços, visto que nós precisamos, pelo menos, de umas horas para que o possamos analisar e fazer a combinação possível.

Portanto, acho que este pedido tem de ser expresso, para que aqueles que ainda o não fizeram o possam fazer.

O Sr. **Presidente**: — Faço aqui um apelo aos Srs. Deputados que ainda não apresentaram o requerimento de organização das audições, para que o

façam durante o dia de hoje. O PSD já fez essa apresentação, o PS igualmente, o Bloco de Esquerda acaba de o fazer e faço esse apelo ao PCP, ao CDS-PP, ao PAN e ao Iniciativa Liberal, para que esse requerimento surja ainda hoje, para que possamos ter a discussão acerca dessa organização das audições no dia de amanhã.

A Sr.^a Deputada Mariana Mortágua pediu a palavra.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, muito rapidamente e só para dar um enquadramento do documento que enviámos: nós procurámos listar todas as audições requeridas, não apenas pelo Bloco, mas por todos os partidos, e separá-las em quatro grupos diferentes de acordo com a separação temporal que tinha sido proposta, até pelo Sr. Deputado João Paulo Correia nas primeiras reuniões.

O quarto grupo deixámos para uma avaliação genérica, ou seja, seriam aquelas audições que se fazem no final, um bocadinho de recapitulação e confrontação das grandes responsabilidades.

Queria ainda deixar duas ou três notas.

A primeira nota é que nós, neste momento, deixámos muitas pessoas ainda sem estarem incluídas em nenhum grupo. Algumas delas não compreendemos a razão pela qual foram chamadas — pode até haver uma razão, mas para nós não é muito óbvia — e outras porque entendemos que poderão ser chamadas numa segunda fase, se for necessário, mas não devem estar calendarizadas numa primeira fase.

A outra nota é que nós, para além de separarmos por períodos cronológicos, procurámos, no primeiro e segundo grupos cronológicos, dar também uma prioridade.

Quando chegou ao terceiro grupo, ou seja, toda a gestão do Novo Banco, não o fizemos porque entendemos que precisamos de conversar um

bocadinho sobre qual vai ser a nossa estratégia nesta gestão: se ouvimos primeiro os administradores ou as comissões de acompanhamento, se ouvimos primeiro os visados nos créditos ou o Novo Banco, e entendemos que era ainda necessário fazer alguma reflexão.

Queria apenas dar estas três notas, para que os Srs. Deputados as tenham em conta quando tiverem a oportunidade de analisar o documento que enviámos.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, só uma pergunta: essa reflexão é uma reflexão vossa, do Bloco de Esquerda, ou é uma reflexão para fazer com os restantes membros da Comissão?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Penso que deve ser na Comissão. Acho que a Comissão tem de pensar qual será a sua estratégia de inquirição, digamos assim: se queremos primeiro confrontar os administradores e só depois os clientes a quem foram reestruturados os créditos, por exemplo, ou se queremos fazer o contrário, ouvir primeiro a Comissão de Acompanhamento e só depois o Novo Banco. Isto porque sabemos que o que é dito numa audição condiciona depois as audições seguintes e acho que temos de pensar, enquanto Comissão, sobre quais as nossas pretensões nessa matéria e esse problema não penso que se coloque nos dois pontos anteriores, que dizem respeito à Resolução e à venda do Novo Banco. Acho que ele se coloca especificamente no ponto sobre a gestão do Novo Banco.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Paulo Correia, faça favor.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, explicando a proposta do Partido Socialista, nós procurámos propor um conjunto de audições que permita à Comissão de Inquérito fazer durante o tempo que

temos pela frente. Ou seja, reduzimos o total das audições, que o próprio Partido Socialista até propôs inicialmente, para que possamos fazer as audições que o inquérito entenda por suficientes — como é evidente, não pode ficar por fazer nenhuma audição que um grupo parlamentar entenda ser necessária para procurar determinada informação —, mas, ao mesmo tempo, também, para que o tempo que temos pela frente seja compatível com as audições que a Comissão de Inquérito deseja fazer.

Organizámos, conforme tínhamos combinado inicialmente, as audições por blocos: um primeiro bloco que designámos por «Resolução do BES e balanço inicial do Novo Banco»; um segundo bloco, «Venda não concretizada/retransmissão das obrigações seniores do Novo Banco para o BES»; um terceiro bloco, «Venda do Novo Banco»; e um quarto bloco, que tem a ver com a alienação de ativos.

Portanto, distribuámos as 43 audições ao longo dos quatro blocos, sendo que utilizámos um critério: quando uma personalidade ou entidade desempenhou funções durante um tempo transversal a mais do que um bloco — vamos supor que, por exemplo, se o Sr. ex-Governador do Banco de Portugal é transversal aos quatro blocos —, ela irá ser ouvido no fim. Não no fim do primeiro, do segundo ou do terceiro bloco, mas no fim do quarto bloco, porque as questões que lhe vão ser colocadas dizem respeito a toda a fita do tempo. E assim sucessivamente. Daí que no primeiro bloco a nossa proposta seja de seis, sete ou oito audições,...

O Sr. **Presidente**: — Nove!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — ... nove audições, número que pode parecer reduzido, mas que tem a ver com o facto de que nem todas as outras pessoas que queremos ouvir no que respeita à Resolução do BES e ao balanço inicial do Novo Banco irão ser ouvidas nesse primeiro bloco, irão

ser ouvidas mais à frente, porque, entretanto, desempenharam funções ao longo de alguns anos, o que faz com que sejam transversais aos outros blocos.

Outro critério que adotámos também é que quando exista mais do que um elemento da mesma entidade a ser ouvido, por exemplo, do Banco de Portugal, nós propomos que o inquérito oiça aquele que tenha tido menos responsabilidades políticas, começando pelo diretor adjunto ou pelo diretor de um departamento do Banco de Portugal, até chegar ao Administrador do Banco de Portugal. Portanto, propomos que sejam ouvidos por ordem hierarquicamente crescente, para tentar, da experiência que temos de inquéritos parlamentares, tirar informação que depois possamos confrontar com os responsáveis máximos de cada entidade.

A nossa proposta obedeceu a estes critérios e, já que estávamos a falar das propostas apresentadas, achei que era útil explicar os critérios da nossa proposta. Esta é uma base de trabalho para a reunião que vamos ter.

Também não temos de decidir os blocos todos de uma vez, podemos decidir os critérios que preocupam os grupos parlamentares, como, por exemplo, o número máximo de audições que a Comissão de Inquérito está em condições de fazer no tempo que temos pela frente, e depois saber se a proposta que temos fica debaixo desse valor máximo, porque temos de ter sempre uma margem para audições que não estão previstas ou que têm de ser repetidas, portanto, é uma margem que obedece a uma realidade que não é inédita, já aconteceu noutros inquéritos. Mas, sobretudo, se calhar, decidir já qual é o primeiro bloco. Acho que isso é o mais urgente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Cotrim de Figueiredo, faça favor.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Sr. Presidente, se me permite, e cumprimentando também todos os que nos estão a seguir por videoconferência, gostaria de saber se vamos ter dois tipos de audições, nomeadamente, as presenciais e os depoimentos escritos, ou se vai haver possibilidade de depoimentos remotos, ou seja, também por videoconferência.

Em segundo lugar, havendo depoimentos escritos, que haverá, com certeza, queria saber quando e como é compilada a lista de questões apresentadas aos depoentes, que prazo é tipicamente dado para essas respostas — porque isso condiciona um pouco a quantidade de informação e o número de questões colocadas — e se essas questões também são objeto de consensualização prévia e quando, porque todos os partidos terão, obviamente, vontade e interesse em incluir algumas questões concretas nesses depoimentos escritos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Cotrim de Figueiredo, obviamente que todas as modalidades serão contempladas, na medida das circunstâncias, das possibilidades e da disponibilidade, sejam elas escritas, presenciais, por videoconferência ou por outra forma que a imaginação possa encontrar.

Quanto à forma como se processarão os escritos, as perguntas serão sugeridas pelos Srs. Deputados, serão enviadas depois à pessoa que terá de responder, ela responderá e depois poderá haver uma réplica, no sentido de pedir mais esclarecimento relativamente às respostas.

Portanto, é assim que se processará.

Sr.^a Deputada Cecília Meireles, faça favor.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Presidente, boa tarde a todos.

Eu só quis falar para esclarecer o seguinte: primeiro, eu não enviei o requerimento porque, se olharem com atenção para as listas de pessoas a ouvir, o que nós queremos é uma lista de prioridades. Ora, o requerimento que inicialmente entreguei já é, em si, uma lista de prioridades. Aliás, não é por acaso que tem muito menos personalidades do que os da esmagadora maioria dos outros partidos, porque acho que nós estamos na segunda comissão de inquérito sobre o BES e, portanto, interessa-me ir direta ao assunto que não foi coberto pela última comissão, senão vamos estar aqui a repetir uma comissão de inquérito.

Já vi as propostas quer do PS, quer do PSD, ainda não vi a do Bloco de Esquerda, mas, portanto, o que é essencial é saber como é que as organizamos. Mas isso, conforme o entendimento de cada partido, podemos ir lá. Eu estou aberta a todas as sugestões, portanto, é uma questão de nos sentarmos e creio que em relativamente pouco tempo conseguimos lá chegar.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Cecília Meireles, enquanto a Sr.^a Deputada não chegou nós tivemos aqui uma pequena conversa e agendámos — e peço a atenção também dos Srs. Deputados André Silva, Mariana Mortágua e Duarte Alves — uma reunião para amanhã, para as 17h30, no meu gabinete, para discutirmos esta organização das audições, não só em termos substanciais, da organização dos temas, mas também das pessoas que terão de ser ouvidas. E temos de fazer isto esta semana para que eu, para a próxima semana, comece a contactar as pessoas no sentido de estarem cá para essas audições, ou seja, para que as audições sejam, de facto, presenciais, dado que essa tem sido a razão fundamental para as várias suspensões das nossas reuniões. Se for possível assegurar um número substancial de presenças pessoais na Comissão, acho que esta poderá ser a última vez que suspendemos os nossos trabalhos. Se isso não for possível,

transmiti-lo-ei aos Srs. Deputados e faremos depois o que temos a fazer, do próximo confinamento em diante.

Temos ainda uma última questão, que tem a ver com o relator.

Peço que os Srs. Deputados não se esqueçam, estamos, salvo erro, na terceira reunião da Comissão, faltam-nos duas. Portanto, ou na próxima ou na seguinte teremos de decidir relativamente ao relator da Comissão.

Sr. Deputado Duarte Pacheco, faça favor.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Sr. Presidente, reitero o que disse na última reunião: os meus colegas ainda não receberam a *password* de acesso aos documentos e, portanto, continuam sem ter acesso.

Solicito que seja identificado onde está o problema, para que possam começar a analisá-los tão depressa quanto possível.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Duarte Alves, faça favor.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sr. Presidente, relativamente ainda à discussão anterior, sobre os números, queria dizer que nós não enviámos nenhuma lista de prioridades porque a nossa lista já era bastante mais reduzida do que outras e, portanto, pensamos que devemos trabalhar na base das prioridades identificadas pelo PS e pelo PSD, as do Bloco ainda não conheço, usarmos isso como base, para que, a partir daí, possamos definir as prioridades para que sejam destrinçadas as audições presenciais das que possam sê-lo por escrito.

Queria apenas deixar esta nota, agradecer também a informação sobre a reunião de amanhã e esperar que possamos começar a perceber o que para nós é essencial, perceber quais são as primeiras audições. Acho que não temos de ter um calendário de todas as audições até ao final, mas, pelo

menos, saber quais são as primeiras, aquelas por onde começamos, é importante para a organização do nosso trabalho.

Era apenas isto, muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Carneiro, faça favor.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, só para complementar uma coisa que o Sr. Deputado Duarte Pacheco referiu há pouco: no meio da documentação há dois relatórios, o Relatório Costa Pinto e o da Price, salvo erro, que têm *passwords* e essas *passwords* não foram facultadas. E tanto é que, no meu caso, em particular, tive a oportunidade de dirigir um *e-mail* à Comissão e nunca tive nenhuma resposta a esse *e-mail*.

Portanto, se isso pudesse ser verificado, agradecíamos.

O Sr. **Presidente**: — Então, e o seu coordenador não cede a sua *password* aos seus Deputados?

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Sr. Presidente, a *password* é transmitida pela Comissão a todos os Srs. Deputados e ao nosso assessor. Foi isso que eu pedi na primeira vez. Eu não vou dar a minha *password* aos meus colegas.

O Sr. **Presidente**: — A sua *password* é igual à dos outros.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — O *software* identifica quem está a aceder!

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Sr. Presidente, essa é a informação que o Sr. Presidente está a dar, mas sabe a polémica sobre *passwords* que há nesta Casa e o histórico!

O Sr. **Presidente**: — Quando são diferentes, mas não quando são iguais!

Portanto, o assunto fica resolvido, foi por isso que não se respondeu.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, mais alguma coisa?

Pausa.

Não havendo, então, encontrar-nos-emos amanhã, às 17h30, numa sala a designar e de que depois será dado conhecimento.

Eram 15 horas e 31 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.